



Partícipes Signatários	A Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP/GO)	CNPJ: 01.409.606/0001-48
	B Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO)	CNPJ: 01.409.671/0001-73
	C Polícia Civil do Estado de Goiás (PCGO)	CNPJ: 37.014.123/0001-91
	D Corpo de Bombeiros Militar (CBMGO)	CNPJ: 33.638.099/0001-00
	E Diretoria-Geral de Polícia Penal (DGPP)	CNPJ: 29.394.729/0001-71
	F Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC)	CNPJ: 01.409.606/0001-48
	G Município de Cachoeira Alta-Goiás	CNPJ: 02.056.760/0001-46
Prazo de Vigência	O Termo de Cooperação nº 137/2025-PM vigorará a partir 02 /03 /2025 até 01/03/2029	
Perfectibilização do ajuste	Data da Assinatura do Secretário de Segurança Pública no Termo de Cooperação nº 137/2025-PM	
Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP/GO), em Goiânia-GO, aos 24 dias do mês de março do ano de 2025.  RENATO BRUM DOS SANTOS Secretário de Estado da Segurança Pública de Goiás		

Protocolo 526164

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 165/2025-PM (71806203)		
Processo	202500002033760	
Objeto	Mútua cooperação entre os partícipes signatários para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, com o fim de propiciar meios de garantir assistência efetiva ao município partícipe, no tocante às atividades de segurança pública, mormente no que diz respeito à prevenção, repressão de delitos, ações de socorrismo, defesa civil, resposta e prevenção a desastres.	
Partícipes Signatários	A Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP/GO)	C N P J : 01.409.606/0001-48
	B Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO)	C N P J : 01.409.671/0001-73
	C Polícia Civil do Estado de Goiás (PCGO)	C N P J : 37.014.123/0001-91
	D Corpo de Bombeiros Militar (CBMGO)	C N P J : 33.638.099/0001-00
	E Diretoria-Geral de Polícia Penal (DGPP)	C N P J : 29.394.729/0001-71
	F Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC)	C N P J : 01.409.606/0001-48
	G Município de Caldazinha-Goiás	C N P J : 37.622.149/0001-12
Prazo de Vigência	O Termo de Cooperação nº 165/2025-PM vigorará retroativo a partir 02/03/2025 até 01/03/2029	
Perfectibilização do ajuste	Data da Assinatura do Secretário de Segurança Pública no Termo de Cooperação nº 165/2025-PM	

Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP/GO), em Goiânia-GO, aos 24 de março de 2025.  RENATO BRUM DOS SANTOS Secretário de Estado da Segurança Pública de Goiás
---

Protocolo 526173

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 133/2025-PM			
Processo	202500002019361		
Objeto	Mútua cooperação entre os partícipes signatários para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, com o fim de propiciar meios de garantir assistência efetiva ao município conveniente, no tocante às atividades de segurança pública, mormente no que diz respeito à prevenção, repressão de delitos, ações de socorrismo, defesa civil, resposta e prevenção a desastres.		
Partícipes Signatários	A	Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP/GO)	CNPJ: 01.409.606/0001-48
	B	Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO)	CNPJ: 01.409.671/0001-73
	C	Polícia Civil do Estado de Goiás (PCGO)	CNPJ: 37.014.123/0001-91
	D	Corpo de Bombeiros Militar (CBMGO)	CNPJ: 33.638.099/0001-00
	E	Diretoria-Geral de Polícia Penal (DGPP)	CNPJ: 29.394.729/0001-71
	F	Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC)	CNPJ: 01.409.606/0001-48
	G	Município de São Luis de Montes Belos-Goiás	CNPJ: 02.320.406/0001-87
Prazo de Vigência	O Termo de Cooperação nº 133/2025-PM vigorá a partir 02 /03 /2025 até 01/03/2029		
Perfectibilização do ajuste	Data da Assinatura do Secretário de Segurança Pública no Termo de Cooperação nº 133/2025-PM		
Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP/GO), em Goiânia-GO, aos 24 dias do mês de março do ano de 2025.			
RENATO BRUM DOS SANTOS Secretário de Estado da Segurança Pública de Goiás			

Protocolo 526175

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 142/2025-PM	
Processo	202500002026513
Objeto	Mútua Cooperação tem por objeto a mútua cooperação entre os partícipes signatários para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, com o fim de propiciar meios de garantir assistência efetiva ao município partícipe, no tocante às atividades de segurança pública, mormente no que diz respeito à prevenção, repressão de delitos, ações de socorrismo, defesa civil, resposta e prevenção a desastres.